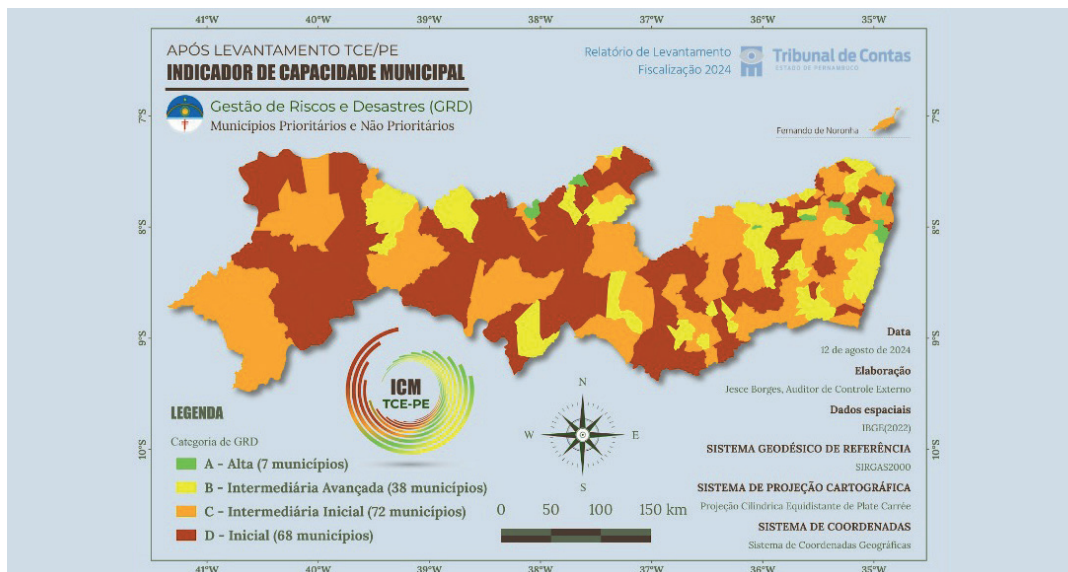


76% dos municípios pernambucanos estão pouco preparados para desastres naturais, diz estudo do TCE-PE



Três em cada quatro municípios pernambucanos estão nos estágios iniciais na prevenção a desastres naturais. Os dados são de um levantamento do Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE), a partir de um questionário enviado aos 184 municípios e ao distrito de Fernando de Noronha.

O estudo avaliou como os municípios pernambucanos estão em relação a 20 quesitos. Por exemplo, se têm Plano de Contingência, se já mapearam as áreas de risco, se têm dotação orçamentária para defesa civil, ou se têm programas de habitação para reassentamento de populações atingidas.

Dos municípios pernambucanos, 106 são considerados prioritários por estarem mais suscetíveis a deslizamentos, enxurra-

das e inundações. Segundo o levantamento, 49 estão no quadrante mais crítico, ou seja, são prioritários, mas contam com poucos mecanismos de proteção contra desastres naturais.

Além disso, 62% dos municípios não têm sistemas de monitoramento para áreas de risco, e 50% não dispõem de locais aptos a servirem de abrigo para populações afetadas. Ao menos 20% não têm defesa civil municipal estruturada.

Apenas sete municípios obtiveram a classificação “alta”: Recife, Carpina, Toritama, Solidão, Salgadinho, Triunfo e Itapissuma. Desses, apenas o Recife é considerado um município prioritário.

O relatório será enviado aos municípios para que possam aprimorar os seus sistemas de proteção.

TCE-PE determina que Consórcio Grande Recife corrija valores pagos à concessionária do BRT

O conselheiro Dirceu Rodolfo determinou que o Consórcio Grande Recife corrija os valores pagos mensalmente à concessionária que opera e gerencia o serviço de BRT na Região Metropolitana do Recife. De acordo com a auditoria do TCE-PE, o Consórcio não poderia estar depositando a prestação máxima, já que o contrato não está sendo plenamente realizado pela concessionária. O conselheiro deu um prazo de dez dias para que o Consórcio envie ao TCE-PE um plano de ressarcimento dos valores pagos indevidamente à Nova Mobi Pernambuco-SPE S.A.

Atuação do TCE-PE gera economia de 30 milhões em licitação de Paulista

Uma análise de edital feita pelo TCE-PE levou a Prefeitura do Paulista a economizar mais de R\$30 milhões na compra de merenda escolar para a rede municipal de ensino. A auditoria encontrou falhas, como preços superestimados e quantidade de itens além do necessário. Ao ser informada das irregularidades, a prefeitura revogou o edital e iniciou uma série de reuniões com a equipe de auditoria do TCE-PE para corrigir as inconsistências. A cooperação resultou na republicação do edital, com redução do valor do contrato de R\$39,2 milhões para R\$8,5 milhões.

Siga o TCE nas redes sociais

 /TCEPernambuco

 @tcepe

 @tce_pe